

1

O OBJETO DE ESTUDO

Para abordar o tema proposto, a revisão da literatura privilegia cinco categorias centrais para este trabalho: *idoso*, *funções da arte*, *música*, *memória*, *serviço social* e *representações sociais*. A primeira, idoso, justifica-se por corresponder ao grupo social aqui focado; funções da arte constitui as potencialidades presentes nas artes e manifestas, de modo específico, na música; a memória entendida como uma forma de (re) construção dos registros e vivências. Tais elementos enfatizados nas atividades desenvolvidas com os idosos serão assimilados enquanto recursos para o serviço social. A última categoria, representações sociais, remete às formas como os idosos percebem e constroem sua própria realidade.

1.1

A Categoria Idoso

As representações que nossa sociedade elabora sobre seu próprio envelhecimento apresentam diversas significações. De acordo com Motta (2000), alguns desses significados podem ser revelados a partir da dificuldade presente em se definir o que seja a velhice. Essa dificuldade relaciona-se com o fato de que o envelhecimento é um fenômeno complexo, pois pensá-lo tão somente em seu aspecto biológico corresponderia a uma simplificação reducionista.

As questões relacionadas ao envelhecimento devem ser compreendidas em uma integração de dimensões de âmbito cultural, socioeconômico e biológico.

A complexidade presente no fenômeno do envelhecimento já tinha sido apontada através do trabalho de Simone de Beauvoir (1990), realizado na França, em meados da década de 70 (século XX). Para esta escritora, a velhice apresenta uma gama variada de aspectos que não podem ser reduzidos em si mesmos, pois interagem uns sobre os outros construindo uma totalidade.

Ao refletir sobre a condição dos velhos em variadas culturas, inclusive a nossa, ao longo da história, a autora aponta que em nossa sociedade de consumo e exploração a velhice é escondida, negada e, portanto, não é assistida. É o que chama de “conspiração do silêncio” (idem).

Beauvoir expôs que a luta de classes condiciona o modo como os homens vivenciam a velhice. Defende ela que a velhice em geral não existe, por conta das diferenciações culturais e socioeconômicas de cada sociedade (idem).

Dessa forma, compreende-se que a velhice é determinada socialmente, não apenas em termos das condições materiais vivenciadas pelos velhos, mas também na forma como é construída coletivamente a percepção sobre o envelhecimento.

A representação que aponta a velhice como um período não produtivo, início da decrepitude e final da vida, pode ser esclarecida por Motta (2000) quando esta afirma que, para o sujeito que envelhece, é difícil reconhecer-se como velho, visto que a percepção construída sobre a velhice promoveria uma ausência de identificação e negação do próprio envelhecimento.

A representação do envelhecimento estaria, portanto, vinculada a um mecanismo de *exterioridade* e *estranhamento* (Amendoeira et al., 2000). envelhecimento traria não somente conclusões em relação a finitude e às modificações na aparência e no vigor físico. As limitações do corpo denunciariam o avanço da velhice com toda a correspondência de perda de autonomia e independência.

Tendo em vista uma melhor compreensão de como se configura a *gestão do envelhecimento* (Peixoto, 2000), tanto no plano cultural e simbólico quanto nos rebatimentos institucionais e socioeconômicos, é necessário apontar alguns processos sociais e históricos que têm configurado a constatação do envelhecimento como uma problemática a ser considerada e administrada pelo Estado.

De acordo com Peixoto (idem), na Europa, as percepções e as práticas político-institucionais voltadas para o envelhecimento têm sofrido algumas alterações. Neste continente, somente no final do século XIX é que foi dada maior atenção a esta temática. Particularmente foi a França que inicialmente atribuiu um tratamento social a este processo.

A autora explicita ainda que foi na medida em que a velhice se tornou um *problema social* que disciplinas especificamente voltadas para o estudo do

envelhecimento, como a *Gerontologia*, legitimaram-se enquanto um campo de estudo. Desta maneira, entende-se que o envelhecimento mostrou-se um problema social na medida em que o crescimento dos segmentos etários com mais de sessenta anos gerou impactos e conseqüências socioeconômicas em empresas, no Estado e na família.

Tal posicionamento é confirmado por Amendoeira et al. (2000). Segundo a avaliação destes autores, até meados da década de 60, do século XX, a escassez de interesse teórico voltado para o processo de envelhecimento seria conseqüência da falta de visibilidade deste tema na sociedade.

Convergindo com o pensamento de Debert (1999), que relaciona as mudanças das representações do envelhecimento com alterações nas práticas sociais, Peixoto (2000) aponta que a representação social sobre os velhos sofreu alterações que foram condicionadas por reordenações sociais. Essas reordenações demandaram novas políticas sociais que, por sua vez, teriam possibilitado a constituição de uma *outra ordem de categorias sociais*, ou seja, de *novas representações* sobre a velhice.

Contribuindo com esse debate, Gita Debert (1999) considera que pesquisar as formas de gestão da velhice, tanto em seu aspecto formal (político-institucional), quanto no simbólico (suas representações), corresponderia a investigar o modo como uma sociedade se produz.

O protagonismo dos mais velhos, pois, se apresenta vinculado à determinada *conjuntura* e a certa *lógica socioeconômica*, bem como está restrito a determinados segmentos de velhos. Nem todos os velhos têm acesso ao pleno usufruto de sua cidadania. Entendido enquanto um fenômeno complexo, o envelhecimento não se apresentaria para os velhos nem como uma condição de direitos plenamente exercidos pelo conjunto, nem como uma situação de precarização genérica e uniforme. A velhice se caracterizaria por múltiplas expressões de um fenômeno que é construído e contextualizado de acordo com as condicionantes biológicas, históricas, sócio-econômicas e ideo-culturais.

Buscando dar um sentido a diversidade de imagens da velhice e o conjunto de arranjos institucionais que têm reconfigurado os delineamentos do envelhecimento, Peixoto (2000) esclarece que as alterações observadas na imagem da velhice originaram-se na Europa, especialmente na França, e chegaram ao Brasil no final da década de sessenta (século XX). A autora ilustra que o processo de

modificações na categorização do velho promoveu em terras brasileiras a assimilação dos termos: *idoso e terceira idade*. Este geralmente está vinculado a programas voltados para a *sociabilidade, lazer e atividades socioculturais e esportivas, ou seja*, é associado aos aposentados considerados "jovens velhos", enquanto "idoso" tem sido vinculado aos mais velhos, porém respeitados, ao velho possuidor de *renda, prestígio e autonomia*.

Os velhos caracterizados como pertencentes à terceira idade são alvos de um mercado intenso envolvendo turismo, produtos para a saúde e um conjunto de especialidades profissionais. É ainda Peixoto (idem) quem assinala que a *categoria social terceira idade* mascara uma realidade social marcada por uma considerável diversidade econômica e geracional.

O cenário de mudanças acima apontado corroborou o processo de reordenação da gestão da velhice de uma esfera privada para uma pública, na qual o Estado e diversas organizações privadas, não mais as famílias dos idosos, assumiram essa gestão como uma questão pública.

Acompanhando a formação e legitimação da Gerontologia, entendida enquanto uma nova área do saber constituída especificamente para lidar com o envelhecimento, foram mobilizadas iniciativas para *uniformizar as representações da velhice* e para construir a categoria social idoso, categoria essa que representou um todo homogêneo, propício a determinados métodos de intervenção e gestão.

Vivemos, portanto, uma época de releitura das imagens pejorativas do envelhecimento. Segundo Debert (1999), a expansão de programas direcionados para o incentivo à expressão dos idosos favorecem o desenvolvimento de sua identidade e mostram-se como uma iniciativa de sensibilidade e inovação. Ainda assim, Debert esclarece que estes programas e a nova representação dos velhos não seriam suficientes para lidar com o conjunto de dificuldades ocasionadas pela velhice precarizada, velhice essa decorrente da exclusão de recursos materiais, direitos e serviços. A diluição das experiências de dependência e abandono em meio à imagem da Terceira Idade corroboraria para a *reprivatização do envelhecimento*, fenômeno esse que, segundo a autora, corresponderia à responsabilização dos sujeitos por seu próprio envelhecimento.

A atual representação do envelhecimento é construída tendo como base o entendimento de que todos teriam condições de ter acesso a um envelhecimento

pleno de prazer e saúde, desde que se esforcem para tanto. Aqui não seria considerada a velhice contingenciada e limitada.

Dessa forma, se é legítima a busca pela constante melhoria do bem estar dos mais velhos, cabe considerar a variedade e as especificidades existentes nesse segmento, bem como garantir as condições do acesso e exercício dos direitos deste. Para tanto, é preciso discutir os meios para se buscar a inclusão e promoção social.

A inclusão não deve ser direcionada tão somente a bens e serviços detentores de uma objetividade pragmática e material, mas também às vivências e processos que possam auxiliar no reforço da identidade, favorecer a criação de vínculos e propiciar a eclosão, manifestação e desenvolvimento do potencial criativo dos sujeitos.

Entende-se aqui que medidas de inclusão socioeconômicas e iniciativas voltadas para a valorização da sensibilidade e bagagem dos idosos se completam e colaboram para a garantia de direitos desses. Tais medidas se justificariam diante do entendimento de que se deve considerar a totalidade dos seres, seu espaço de relações, meio ambiente, origem e status social, além de suas facetas criativas, vivências e patrimônio cultural.

Dentre as estratégias que possam propiciar o estímulo à auto-estima e as potencialidades desses idosos, existem questões e dificuldades a serem consideradas e encaminhadas.

As atividades lúdicas, artísticas, os momentos dedicados à criação de vínculos e à sociabilidade, quando são realizados junto aos idosos, podem ser estruturados em um contexto no qual sua utilização esteja pobre de critérios críticos e libertadores.

Na opinião de Motta (2000, p.231):

O lazer em grupo é um outro recurso eficaz de resistência e recuperação de prazeres perdidos no tempo, e que reúne homens e mulheres. Sempre mais mulheres. Merece estudo mais demorado, por ter sentido ambivalente; na medida em que constitui reação ao modelo cristalizado de 'velho parado' da 'ideologia da velhice', é ao mesmo tempo reconstrução dele, com a forma 'velho mais dinâmico de hoje em dia' que resgata o prazer dos encontros, das danças e dos passeios nos períodos de baixa estação, propiciando o lucro capitalista às empresas de turismo, hoteleiras e outras que participam da organização das brincadeiras.

Entende-se assim que as atividades ligadas à sociabilidade, expressões artísticas e culturais desenvolvidas com idosos podem ser detentoras de certa ambigüidade. Conforme o encaminhamento das formas de atuação emergem limites e / ou potencialidades. Podem tanto possuir um caráter alienante quanto possibilitar vivências libertadoras e de estímulo à criatividade. A estruturação e a aplicação das abordagens lúdicas e artísticas junto aos idosos possuem vínculos estreitos com as posturas políticas daqueles que conduzem os programas voltados para esse segmento.

Compreendemos que as atividades de caráter lúdico e criativo, em especial as várias formas de arte, quando associadas a pressupostos criteriosos e críticos, podem desenvolver nos sujeitos meios de conexão com o coletivo, com sua capacidade criadora e seu bem estar. Tal processo é possível diante de algumas características inerentes às artes, bem como frente a algumas das aplicações de fundo social que podem ser dadas a elas.

São bem variados os direcionamentos que a arte pode tomar. Pensar em possíveis encaminhamentos para o uso dos recursos da arte em trabalhos sociais suscita o estabelecimento de algumas clarificações em torno de suas especificidades e potencialidades.

1.2

Funções da Arte

A produção de Ernest Fischer sobre as características da arte e sua importância para os homens se apresenta como uma reflexão permeada por uma crítica dialética e uma perspectiva emancipatória, as quais se afinam com o direcionamento do trabalho proposto neste texto. Os posicionamentos teóricos e políticos desse pensador, juntamente com a contribuição de outros autores, reforçam e clarificam o papel da arte na humanização dos sujeitos.

Realizando observações sobre os objetivos, característica e finalidades da arte, Fischer (1981) afirma que esta apresenta diferenciadas funções.

O ponto de partida de Fischer (idem) para a reflexão e crítica sobre a arte é o de que o homem tem apresentado continuamente a necessidade de vivenciá-la, fazendo uso de seus benefícios e funções. Considerando o motivo das pessoas

buscarem de modo recorrente as manifestações artísticas, o autor sustenta que o homem deseja transcender as limitações impostas por sua individualidade e assim alcançar a plenitude de um mundo mais razoável e eticamente mais significativo. Consoante o autor, tal empreitada pode ser entendida como uma busca do homem por sua integração numa condição de totalidade. Esse movimento realizado pelo homem pode ser observado através de sua ansiedade por assimilar o mundo, por estender-se através das descobertas científicas e vincular sua singularidade a uma vivência coletiva de sua humanidade.

Segundo o autor citado, o anseio humano pela ampliação de suas vivências sinaliza a existência nesse homem de uma dimensão coletiva. A arte se configuraria como mediadora da vinculação do indivíduo com a totalidade de experiências e vivências da humanidade. Ao mesmo tempo, ao polemizar quanto à *função universal* e original da arte, Fischer (idem) assevera que a busca pela plenitude humana não seria a única função da arte. O anseio pela totalidade teria uma correspondência com outro aspecto complementar da arte: este aspecto corresponderia a um movimento de distanciamento e libertação da realidade que oprime o homem ao fragmentá-lo e limitá-lo. Este movimento onde os sujeitos podem ter contato com outras perspectivas é propiciado pela (re) produção artística.

Fischer demonstra que o prazer estético veiculado através da arte nos envolve e encanta de uma forma diferenciada da percepção que temos da realidade. Esse prazer próprio da arte comporia a característica libertadora dela.

É a partir dessa representação, cativante e ao mesmo tempo reveladora, que a obra de arte pode auxiliar no desvendamento da alienação que sofremos no cotidiano de nossa realidade social.

Para o autor, a arte deve realizar um apelo à razão e estimular aqueles que a usufruem a pensar com mais criticidade sobre sua própria existência.

Fischer (idem) expõe que a arte possui dois elementos intrínsecos: *a magia*, que encanta, propiciando *o sonho e a intuição*; e *o esclarecimento*, entendido como uma forma de auxiliar o homem a compreender e modificar a realidade. Em relação a essas características elementares da arte o autor assevera que:

(...) quer embalando, jogando com sombras ou trazendo luzes, a arte jamais é uma mera descrição clínica do real. Sua função concerne sempre ao homem total, capacita o "Eu" a identificar-se com a vida de outros, capacita-o a incorporar a si aquilo que ele não é, mas tem possibilidade de ser (Fischer, 1981, p.19).

Dessa forma, ao buscar a totalidade de percepções e experiências, a arte facilitaria a identificação do homem com o outro, além de auxiliá-lo a transcender seus limites.

Os escritos de Fischer são claros quanto ao entendimento de que a libertação de consciências e de potencialidades criativas proporcionadas pela elucidação do mundo atual, através da arte, não nega o prazer e o sonho associado a esta (idem). Para o autor, a magia é intrínseca e necessária à arte. Ele explicita esta consideração quando diz que "(...) a arte é necessária para que o homem se torne capaz de conhecer e mudar o mundo. Mas a arte também é necessária em virtude da magia que lhe é inerente" (1981, p.20).

Nesse entrosamento entre as funções da arte percebe-se a possibilidade do encontro e a complementaridade entre a construção racional e o encantamento que é propiciado pela vivência intuitiva e emocional.

Desdobrando suas reflexões em torno da conexão existente entre conhecimento e arte, Fischer comenta que apesar da arte não ser imediatamente vinculada, pela maioria das pessoas, à expressão e transmissão do conhecimento, esta pode ser encarada não somente como um "conhecimento por si só, mas também pode constituir-se num importante veículo para outros tipos de conhecimento humano, já que extraímos dela uma compreensão da experiência humana e dos seus valores" (1981, p.20).

Considerando a legitimidade da coexistência e mesmo da complementaridade desses diferenciados aspectos da arte, Zamboni (1998) expõe que as atividades ligadas ao conhecimento humano gravitam em torno de *dois tipos de comportamento*: um pode ser caracterizado como lógico e racional e outro como sensível e intuitivo. Tais componentes, segundo o autor, estariam presentes, mais ou menos explicitamente, tanto na arte quanto na ciência.

Zamboni menciona, inclusive, que diversas racionalidades podem interagir e se completar na constituição das obras de arte.

Complementarmente à reflexão de Fischer, Zamboni compreende que a arte pode assumir certo *caráter didático* em nosso modo de entender o mundo, desvelando aspectos que a racionalidade científica não consegue (1998).

Compreendendo dessa forma, a arte também possuiria recursos para tanger outras potências de nosso íntimo.

Conforme afirma Zamboni, a arte pode ser entendida como uma forma não explicativa e não racional de conhecer o mundo, que nos permitiria ter acesso a entendimentos complexos e profundos.

Este mesmo autor, sem negar o componente racional da arte, considera a intuição como instância fundamental desta e realça que o processo de manifestação da intuição é acionado quando o homem se vê diante da ausência de "*meios empíricos e racionais para processar o contato com o mundo*". (1998, p.27). Esse processo, podendo ser considerado como "*uma forma de sabedoria*" (idem, p.28), revela, mesmo que parcial e momentaneamente, facetas geralmente desconhecidas de nossa humanidade, bem como oferece matéria-prima para a eclosão da criatividade.

Ainda segundo Zamboni (idem, p.29), a criatividade, porque vinculada à intuição,

(...) é um processo de busca de soluções interiores, mas não é claro nem ao próprio indivíduo que o exercita; as soluções começam a se tornar conscientes à medida que vão ganhando uma forma, quer no desenho e cores expressos no cavalete de um pintor, quer nas resoluções e fórmulas de um cientista.

O exercício da criatividade e a vivência da intuição através de atividades artísticas apresentam-se como experiências significativas, pois evocam potências e forças latentes em todos os sujeitos.

O entendimento de Fischer (1981) de que a arte pode auxiliar na busca do homem pela totalidade possui pontos de contato com o pensamento de Jorge (1990), cuja consideração é a de que o acesso do homem às experiências e *práticas ativas*, nas quais exercite sua criatividade com liberdade, pode proporcionar uma diversidade de vivências profundas de sua humanidade.

Tal como Fischer, Jorge cita a conjugação de elementos diversos produzindo e potencializando experiência e práticas. O autor menciona que a *coexistência da razão e sensibilidade* em meio às atividades de caráter criativo é um fim em si mesma. Essas experiências de caráter livre e criador aglutinariam certa relevância por suscitarem sentimentos, paixões e tendências.

Jorge (1990) indica que o homem toma consciência de si mesmo, potencializa sua capacidade de expressar-se através de atividades criativas. Esse trabalho realizado pelo homem se configuraria como auto-criador por permitir a este construir e produzir a si mesmo.

O autor citado identifica no fazer humano uma fonte de conhecimento, bem como um meio para a prevenção e a manutenção da própria saúde do homem. A resposta transformadora que as práticas criativas podem fornecer teria como base a possibilidade dos homens, livremente, modificarem seu mundo externo e a si próprios.

A possibilidade do homem produzir-se é decorrente do fato de que quando este homem cria com prazer e liberdade, plasmando algum tipo de trabalho que teve origem nele mesmo, as ações e atividades modificadoras de sua rotina que, indiretamente, favorecem sua saúde, o revitalizam.

Esse processo corresponde, segundo Maturana e Varela (1995) e Maturana et al. (1997) a *autopoiesis*, ou seja, o meio pelo qual os seres promovem a manutenção de sua existência e sua vitalidade. O conceito de *autopoiesis* foi cunhado, pelos autores citados, quando estes procuravam tratar das relações constitutivas do ser vivo e compreendeu que estas se dão em um processo circular de produção e auto-produção. A garantia da continuidade desse processo é que configuraria a unidade dos seres vivos.

A percepção decorrente das análises de Maturana e Varela (1995) aponta para um cenário no qual os indivíduos, ao desenvolverem continuamente seu poder criador, podem recriar-se e vitalizar suas existências. Entende-se, conseqüentemente, que a arte pode auxiliar no processo de *autopoiesis*, na auto-produção do homem.

Se a arte foi e continua sendo importante para integrar, reunir os homens e oferecer a estes modelos explicativos sobre o mundo, ela exerce um papel legítimo e relevante na vida em sociedade. Por meio dela pode-se tanto buscar a alienação das massas, quanto o desvelamento da realidade social. Entendendo-a como uma *mediação vigorosa*, é possível utilizá-la em iniciativas que valorizem a humanização das relações, almejando uma totalidade existencial ética, digna e justa.

Desta maneira, percebe-se que a aplicação da arte junto aos idosos pode desenvolver suas potencialidades criadoras e favorecer tanto a valorização de suas experiências, quanto a promoção de seu bem estar de forma profunda e integrada.

Essa aplicação dos benefícios da arte se revela como um meio de favorecer a promoção social do idoso. Compreende-se que a noção de promoção social não esteja restrita tão somente a aspectos econômicos e políticos, sendo associada à

perspectivas que humanizem as relações e estimulem a capacidade crítica e criativa dos sujeitos.

Assim sendo, a arte se apresenta enquanto um relevante elemento coadjuvante na busca pela *desfragmentação* dos sujeitos (Fischer, 1981). Pode ainda ter um papel significativo na conscientização desses sujeitos a respeito das suas condições de alienação e também de suas potencialidades de criação e recriação, recriação essa tanto de seus valores e percepções, quanto das relações perpetuadas diariamente no contexto social.

A atividade artística possibilita ao homem ser espectador, protagonista ou atuar em ambos os papéis, colaborando para sua humanização. Ao se defrontar e se identificar com suas potências, o homem se reinventa, pois se torna mais inteiro a partir das próprias capacidades e iniciativas.

A arte se coloca, portanto, como aliada na busca pela *inclusão* e pela *garantia dos direitos*, na medida em que pode potencializar a construção de identidades menos fragmentadas e favorecer uma forma de *exercício de liberdade* através do estímulo a atividades criadoras.

Através do contato e envolvimento com a arte, em especial a música, os sujeitos contam com mais recursos para se contrapor a algumas facetas da alienação presentes nas relações sociais de nosso cotidiano.

1.2.1

Música

Compondo uma das formas de arte, a música pode ser um recurso significativo na sensibilização e humanização dos sujeitos, bem como no desvendamento da realidade por compartilhar funções e características gerais da arte (Fischer, 1981) e possuir caracteres próprios que a singularizam como uma forma peculiar de interação, comunicação e até harmonização da saúde (Oliveira, 1996).

A intervenção dessa arte é profunda e se apresenta em diferentes níveis. Por meio da atuação da música é possível favorecer condições para que os sujeitos alcancem a consciência, tanto individual quanto coletiva, do sentido de *totalidade* e *integração* (Fischer, 1981). Oliveira (idem) esclarece que alcançando níveis

profundos do indivíduo por meio do canto “(...) estamos harmonizando nossos pensamentos, nossa sensações, pois as diversas partes e extratos vibram e se tonalizam” (Oliveira, 1996, p.78).

Considerando as inserções e interações dos sujeitos na sociedade, a música pode transcender alguns obstáculos e facilitar a troca e a influência entre as pessoas, compondo uma forma de comunicação de alcance significativo.

Oliveira (1996, p.151) considera que:

Possivelmente, mais do que qualquer outro tipo de discurso, a música penetra no receptor e interfere no seu comportamento sem que haja, necessariamente, entendimento ou mesmo domínio comum de um código ao nível cultural. Apesar de existirem características específicas na música de diferentes culturas é indiscutível que a música, como arte em geral, transcende os limites da cultura de seu criador, muito mais do que a língua.

Explicitando a afinidade da música com aspectos mais sutis da comunicação o autor compreende que:

A música privilegia algumas das áreas menos estudadas e mais misteriosas da comunicação, tais como o significado implícito, a dimensão emotiva, a função ritual e a recepção/transmissão simultânea de muitos estímulos (Oliveira, 1996, p.151).

Para Oliveira, mesmo que essas dimensões componham as demais formas de comunicação, incluindo-se a verbal, que apresenta códigos e nuances que vão além da organização das palavras, na música possuem uma função determinante.

A música detém características que possibilitam uma interação em níveis profundos com os sujeitos, seja em sua experiência social ou na experiência subjetiva e simbólica.

A saúde também é considerada uma das esferas de atuação da música. Além da dimensão fisiológica e biológica, a saúde possui condicionantes históricos, culturais e psicossomáticos. Essas diferentes dimensões possuem relação com a música e podem sofrer os benefícios que as funções desta oferecem.

A utilização da música é comum em outras sociedades e foi conhecida em outros contextos históricos. Atualmente tem sofrido a análise e despertado a atenção de alguns ramos da ciência oficial do Ocidente.

De acordo com Oliveira (1996), diversas culturas tradicionais apontam referências à utilização da música para o restabelecimento da saúde. No ocidente, a

percepção sobre as funções da música junto à saúde estava integrada a culturas tradicionais e já foram praticadas por povos antigos (tais como os Celtas, com seus Bardos, e Druidas), porém, diante do desenvolvimento do cientificismo, foram desvalorizadas.

Para muitas culturas, a música, mais do que qualquer outro meio, constitui-se na ampliação da consciência, e da própria vida. Enquanto via de acesso ao mundo inconsciente, pessoal e coletivo, é um dos recursos mais antigos e poderosos (...) o fazer música já é em si mesmo um eficiente ritual de equilíbrio e integração (Oliveira, 1996, p.248).

Considera-se significativo que alguns dos aspectos “tradicionais” apontados por Oliveira em seu levantamento sobre a utilização da música por outros povos possuem vínculos com o pensamento de Fisher acerca das funções integradoras da arte (1981) e a possibilidade de reconstrução e auto-produção dos seres presentes em Jorge (1990); Maturana e Varela (1995) e Maturana et al. (1997).

Oliveira (1996) aponta que apesar dos avanços da medicina oficial, o corpo e a saúde ainda são concebidos de modo mecânico. Esta representação limitada da realidade tem se associado à fragmentação das especializações, oferecendo limites a uma apreensão global da saúde.

Atualmente, o meio científico começa a redescobrir esses conhecimentos sobre o aspecto terapêutico da música. Diversas abordagens terapêuticas proliferam suas técnicas sem, contudo, aprofundar metodologias e realizar sínteses de conhecimentos com base na interdisciplinaridade (Oliveira, 1996).

De acordo com Oliveira (idem), a utilização da música em processos terapêuticos tem sido realizada muitas vezes visando potencializar canais respiratórios (hiperventilação) e estimular a imaginação dos pacientes. O autor também assinala a importância do envolvimento dos pacientes na execução do som, inicialmente através da emissão sonora, e posteriormente por meio da utilização de instrumentos musicais. Destaca ainda a importância da capacitação do terapeuta, capacitação esta que deve contemplar a experiência pessoal desse profissional com a música comprometendo-o com a vivência da “magia da criação musical” (1996, p.251).

O autor supra citado sustenta que a utilização da música se dê de modo participativo, onde todos os envolvidos interajam nesse processo de criação e recriação musical. A capacitação mencionada não se restringe ao manuseio de

técnicas musicais, mas também engloba a vivência do processo integrativo e criativo por parte daqueles que se valem da música profissionalmente.

Entendemos que a complexidade existente em áreas como o envelhecimento, cultura, saúde e assistência social é ampliada considerando-se as interconexões e interdependências que vinculam essas dimensões citadas.

Oliveira (1996) assevera que a capacitação deve passar pela pesquisa e pelos esforços de atuação interdisciplinar, dizendo ainda que os efeitos ou as influências da música sobre o ser humano acontecem e merecem ser analisados em dimensões diversificadas (Oliveira, 1996, p.237).

Apesar de este estudo não focalizar estritamente a terapêutica propiciada pela utilização da música, é relevante que a mesma não seja desconsiderada ou desconhecida, pois acompanha, indiretamente, o desenvolvimento e a finalidade dos projetos e intervenções de trabalhos sociais e culturais: a promoção do bem-estar integral dos sujeitos e coletividades.

Tendo em vista que o emprego da música se relaciona diretamente com a cultura, o conceito de Oliveira "*música de raiz*" se mostra pertinente. O autor considera como música de raiz: os cânticos dos povos indígenas; as canções utilizadas durante o trabalho, por exemplo, de pescadores e apanhadeiras de café e aquelas que são realizadas em rituais.

Observando os pulsos, as características rítmicas, melódicas e harmônicas dessas músicas e relacionando-as ao tipo de atividade que é desenvolvida enquanto as mesmas são cantadas, Oliveira considerou que as músicas de raiz expressam os vínculos entre esses elementos musicais e os estados de consciência determinados pela condição social e cultural dos grupos e povos (Oliveira, 1996).

Por conta de suas propriedades a música vincula-se às atividades dos homens de tal forma que marca suas percepções, história e cultura, favorecendo vários meios de atuação nos sujeitos.

Pode-se lidar com a música considerando diversas abordagens. Dentre elas identificam-se: sua utilização terapêutica, a experiência e fruição estética, o entretenimento lúdico (associado ou não a outras artes, como a dança, por exemplo). Sem dispensá-los, ao contrário, concebendo-os como possibilidades complementares significativas, busca-se aqui pensar a música como um elemento catalisador da memória, reforçador da identidade, que proporciona a mobilização de lembranças, vivências e potencialidades. Compreende-se que se a música atua na

esfera do prazer e do bem estar, também possibilita evocar e valorizar os potenciais criativos, culturais e históricos dos sujeitos.

O leque de opções para o aproveitamento da música é amplo. Algumas das opções possíveis seriam:

- A música instrumental, que dialoga com imaginário, com as associações ou projeções e visualizações;
- Canções folclóricas que remetem à cultura popular, cancionero infantil e são as "raízes", as matrizes sonoras dos indivíduos e culturas;
- Canções que marcaram épocas e gerações, mesmo aquelas mais recentes, que geram as mais variadas manifestações junto aos idosos, desde a perplexidade e distanciamento, indiferença, ou mesmo sua aprovação e assimilação.

Os diversos estilos musicais (música instrumental, folclórica, popular, erudita, contemporânea ou antiga) podem favorecer a criação de vínculos, discussões e reflexões além da troca de experiências, bem como a reconstrução e re-significação das memórias. Diante da recomposição dessas memórias é possível viabilizar a reconstituição e reinvenção dos sujeitos e grupos.

Esse intento é viável por conta de a memória ser fluida e dos homens serem capazes de se repensar e recriar.

Tendo em vista que o resgate e a valorização da memória dos idosos que se apresentam em condições de carência, exclusão de bens materiais, simbólicos e culturais, pode favorecer a sua auto-estima e o reforço de sua identidade, consideramos pertinente algumas elucidações a respeito do que se entende por memória.

1.3

Memória

De acordo com Ecléa Bosí (1983) a memória é constituída pela elaboração no indivíduo de uma gama de elementos coletivos, inclusive de conteúdos

vivenciados indiretamente pelo mesmo, porque assimilado através do relato de testemunhas.

Para a autora, as lembranças e as idéias não possuem 'originalidade', pois são elaboradas socialmente, através do contato com os outros. Pensamentos seriam '*lembranças*' assimiladas na interação e no contato com os relatos. Esses conviveriam, seriam sobrepostos e mesclados às experiências vividas por cada um. As idéias, dessa forma, são assimiladas, enriquecidas, e a fonte destas, sua origem, é esquecida.

Observe-se que há um paralelo entre o pensamento de Bosi e Le Goff (1990). Para ambos a memória é construída. Le Goff esclarece que a memória é a "propriedade de conservar certas informações e remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas".

De acordo com este autor, a memória possui rebatimentos e determinações não somente na esfera individual, mas também coletiva. Assevera ainda que o Estado e as classes dominantes buscam manipulá-la a fim de propiciar a valorização, destaque ou mesmo o esquecimento de fatos, relações e significados presentes na história, tendo em vista a manutenção do *status quo*. Tais manipulações fariam parte do exercício do poder. Esta intervenção junto à memória coletiva por parte do Estado *traduz* "um certo modo de apropriação do tempo" (1990, p.483). Essa apropriação vincula-se à busca pelo controle da memória e, portanto, à possibilidade de influenciar a percepção da história e da identidade dos povos.

No entanto, o autor (*idem*) considera que a memória também pode configurar-se como uma fonte de resistência ao arbítrio, à história formal e oficial.

Tal questão se coloca diante da potencialidade que a evocação da memória coletiva apresenta em mobilizar interesses, identificações e pertencimento de grupos e indivíduos às causas coletivas.

A busca pelo resgate e valorização da memória também pode ser entendido como uma atividade significativa e integradora, pois seu conteúdo comporta, muitas vezes, dramas, esforços, aprendizados e conhecimentos de várias gerações.

A evocação e utilização das vivências e saberes condensados na memória coletiva, longe de se constituir do simples relato dos fatos, apresenta-se como criação e recriação de experiências, valores e histórias, como uma releitura capaz

de informar e inspirar continuamente e de modo compreensível os contemporâneos, trazendo conhecimentos e informações de outras gerações que, mesmo distantes no tempo, falam a todos, de perto, porque os aproximam de suas heranças, bagagens e história.

Segundo Le Goff (1990), aos profissionais que pesquisam e trabalham com a memória estão abertas as *oportunidades* e o *dever* de se buscar a *democratização da memória coletiva* em detrimento da imposição de releituras realizadas por prismas específicos, parciais e autoritários.

Mesmo ocorrendo certa convergência no entendimento dos autores acerca da categoria memória, tais como a compreensão de que esta seja construída socialmente, cada um parte de um saber distinto. Bosi reflete sobre a memória a partir da visão da antropologia, enquanto Le Goff da história. Tais pontos de vista podem ser corroborados e ampliados por meio da contribuição crítica que a biologia e as neurociências têm realizado sobre a análise da memória e seu papel na constituição e potencialização dos seres, bem como na sua relação com o meio que o cerca.

Apontando que as informações sobre nós mesmos, os outros e o mundo são apreendidas pela experiência e armazenadas em nossa memória, Dalmaz e Netto (2004) consideram que possuímos uma história e que a construção de nossa identidade se estabelece por meio da síntese de vivências subjetivas e vivências obtidas na relação com o meio ambiente.

Para Dalmaz e Netto (2004), os avanços das ciências biomédicas têm auxiliado na compreensão dos mecanismos de formação da memória.

Tomando por base estudos realizados em animais mais simples que os humanos, os autores demonstram que a composição dos neurônios, a função e a estrutura são alteradas a partir do aprendizado de novos comportamentos (*idem*).

Os mesmos autores asseveram que o processamento de informações entre os neurônios condiciona e constrói o comportamento dos indivíduos. Explicitam que a habilidade destes em “se transformar e adaptar sua estrutura em resposta às exigências ambientais (exteriores) ou internas é chamada de Plasticidade Neural” (Dalmaz & Netto, 2004, p.30).

Dalmaz & Netto (*idem*) comentam que a experiência é o principal responsável pela plasticidade dos neurônios nas mais diversas espécies, inclusive entre os humanos. Para eles a interação dos organismos com seu meio ambiente

possibilita a alteração de seu sistema nervoso, de sua estrutura e de seu comportamento.

Os autores citados compreendem que haja uma interdependência entre a experiência ou aprendizado e essa alteração estrutural, a plasticidade. Reiteram o entendimento de que a memória não é um registro fidedigno e linear dos acontecimentos e vivências, mas é reconstruída e influenciada tanto pelo humor quanto pela emoção na seleção e profundidade das lembranças.

Apontam que esse registro e armazenamento não é integral e permanente. Para eles o esquecimento se apresenta como um processo natural, fisiológico e até necessário.

Fazendo referência a doença de Alzheimer, Dalmaz & Netto (idem) explicitam seu caráter patológico e degenerativo considerando (diante da atual ineficácia farmacológica contra essa doença) que as demais formas de demência e os sintomas do envelhecimento ocorridos normalmente podem ser prevenidos e retardados pelo aprendizado contínuo, bem como pelo exercício da criatividade. Estes gêneros de atividade auxiliam na conservação da memória, pois o contato com experiências diversificadas favorece a evocação de memórias e protege a degeneração dos neurônios.

São variadas as experiências que possibilitam o estímulo e manutenção da memória. Dentre elas tem-se: “a leitura, a prática de atividades criativas e a disposição em viver novas situações e conhecer novos ambientes” (2004, p.31).

A característica fluida da memória, os processos de registro, fixação e reconstrução, possuem vínculos não só com o conceito apontado por Le Goff e Bosi, mas também apresentam paralelos com a visão de Maturana e Varela (1995). Para este, um dos elementos que caracterizam os sistemas vivos é a capacidade de se auto-reproduzirem, de se recriarem. Esta faculdade o autor conceituou como sendo a *autopoiesis*. Os seres humanos a realizam e dessa forma se reinventam.

É a partir dessa capacidade de se recriar que os homens constroem novos significados para sua existência, tanto promovendo releituras de suas experiências, quanto reorientando novas práticas e representações no presente.

É justamente em meio a esse campo de possibilidades no qual representações, valores, experiências, memórias e potencialidades confluem e se influenciam, que a arte em geral e a música, tomada aqui especificamente, podem atuar.

Compreende-se, portanto, que a música aplicada ao trabalho com idosos pode favorecer sua sociabilidade, fortalecer e desenvolver as potencialidades e a identidade através da valorização da memória individual e coletiva.

As atividades musicais não só podem auxiliar a preservação da memória e da cognição, mas também a recriação do indivíduo de modo mais integral.

As abordagens artísticas, especialmente a música, por serem capazes de favorecer um processo de valorização da totalidade do ser humano quando são associadas às medidas de *promoção social* e de *independência socioeconômica*, mostram-se relevantes e significativas, pois estabelecem a ampliação da perspectiva de integralidade das ações, favorecendo mediações mais profundas de humanização da assistência aos sujeitos.

De acordo com a gama de possibilidades que a reflexão dos autores acima citados descortina sobre a força e atualidade da arte, inclusive no que concerne ao seu potencial de desvendamento dos contextos socioculturais, é viável e pertinente investir em seu vínculo com a atuação do serviço social.

1.4 Contribuições do Serviço Social

Tendo o pensamento de Ernst Fischer como contribuição relevante para suas reflexões, a assistente social Valéria Forti (1998) valoriza a dimensão estética como um meio significativo para nos contrapormos à alienação do sistema capitalista. A autora compreende a arte:

(...) como possibilidade de desentorpecimento do potencial criador do homem, como via capaz de firmar um contraponto aos mecanismos que visem à petrificação da consciência, sendo capaz, apesar dos condicionamentos históricos, de aguçar perspectivas de superação, permitindo o resgate e a elaboração de novas experiências, incongruentes com aspectos como o conformismo e o disciplinamento, estes alinhados a uma lógica de interesses assentados nos reclamos da exploração econômica, de manutenção da ordem social” (Forti, 1998, p.208).

Assim, a arte se apresenta como um agente mobilizador e libertador que pode favorecer a construção de iniciativas criativas e apontar perspectivas alternativas às estruturas ideológicas e institucionais tidas como inexoráveis.

A arte pode ser sintonizada com alguns dos objetivos do serviço social ao possibilitar a reflexão dos sujeitos, bem como estimular o protagonismo destes, inspirando posicionamentos e ações de cunho libertário.

Segundo Forti (idem) as potencialidades do campo artístico poderiam incrementar tanto os recursos pedagógicos no meio acadêmico do serviço social, através da formação dos estudantes, quanto o desenvolvimento das intervenções profissionais junto aos usuários dos serviços prestados pelo assistente social.

Sinalizando um debate coordenado pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), realizado na Oficina Nacional de Formação Profissional, em novembro de 1996, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a autora reforça a discussão em torno da inserção da arte junto a uma das disciplinas que compõe o currículo mínimo do serviço social.

Tal procedimento poderia ampliar e qualificar a formação teórica, cultural e instrumental dos assistentes sociais, possibilitando a esses construir mediações de alcance profundo junto aos seus usuários. Tais mediações, por sua vez, propiciariam a esses usuários as condições de valorização de sua cultura e identidade, bem como potencializariam sua racionalidade e sensibilidade.

Caberia, ainda, buscar mais alguns subsídios que expliquem melhor a adequação das especificidades, objetivos e estratégias de intervenção do serviço social às características e domínios da arte.

Para tanto é necessária uma melhor compreensão das questões que determinaram o desenvolvimento do serviço social e condicionaram tanto sua identidade, quanto sua atuação na contemporaneidade.

As mudanças societárias têm atingindo todo o mundo do trabalho.

O serviço social, entendido enquanto uma das manifestações da divisão sociotécnica do trabalho, também sente as repercussões das reordenações ocorridas. Sua condição na contemporaneidade, sua gênese, os caminhos tomados pela profissão em sua história, estão vinculados à estrutura e às diversas conjunturas socioeconômicas da sociedade.

Pensar seu papel na atualidade compreende investigar sua constituição enquanto trabalho socialmente demandado pela sociedade. Para tanto, mais do que identificar o desenvolvimento do serviço social por ele mesmo, devem ser considerados os processos históricos e socioeconômicos que o geraram e influíram em seu desenvolvimento.

Marilda lamamoto (2005) critica o discurso que pensa o serviço social de dentro de suas próprias fronteiras. A autora expõe que esse discurso aponta a constituição do serviço social simplesmente como o resultado de um desenvolvimento das medidas de proteção social, da filantropia, e considera que:

(...) a constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende, ao contrário, de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização. É quando o Estado se "amplia", nos termos de Gramsci, passando a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade, que são criadas as bases históricas da nossa demanda profissional (lamamoto, 2005, p.23).

Desta maneira, se entende que o serviço social é legitimado enquanto profissão por conta da demanda social das classes decisórias em dar o direcionamento na relação entre as classes, preservando a manutenção do sistema capitalista.

Apresentando vários pontos de contato com o pensamento de lamamoto, Martinelli (1995) também relaciona a gênese do serviço social com as demandas do Estado e da burguesia pela manutenção do capitalismo através da atuação junto à classe trabalhadora, promovendo sua reprodução, enquanto força de trabalho, e a disciplina do seu comportamento.

A autora aponta como pano de fundo dessa gênese a Europa e a América no final do século XIX; a expansão do capitalismo manifestando-se tanto na industrialização quanto na urbanização e a intensificação das repercussões das contradições do sistema, ou seja, a questão social.

A relação entre a classe trabalhadora, os assistentes sociais e as classes decisórias foram permeados pela alienação e ocultamento das condições de desigualdade e exploração próprias do sistema capitalista. O mascaramento dessas condições e a ilusão de que os interesses da classe trabalhadora eram idênticos aos das elites decisórias marcaram a identidade desses profissionais que atuavam em meio às repercussões do sistema capitalista (Martinelli, 1995).

O posicionamento de lamamoto e Martinelli é compartilhado por Faleiros (2002). Este situa o desenvolvimento da profissão no Brasil em meados dos anos 30, do século XX. Esse desenvolvimento foi condicionado por um conjunto de determinações estruturais e conjunturais.

O autor aponta conexões entre a história e o serviço social, o contexto externo e suas repercussões no plano nacional. Relaciona as alterações sociais decorrentes da implementação, mesmo que tardia e incipiente, da industrialização no Brasil (país de capitalismo periférico e agroexportador), aos novos arranjos no jogo de forças político-econômicas entre a Igreja Católica, o Estado, as classes médias e o operariado.

Segundo Faleiros (idem), a intervenção no social foi realizada tendo como lastro modelos conservadores e moralistas. Dessa forma, os assistentes sociais atuavam visando à recuperação do indivíduo, sua adequação e inserção social, assim como a higiene mental, física e social do mesmo.

No plano internacional, no pós-guerra, observou-se um realinhamento e bipolarização das forças político-econômicas representados pelo capitalismo norte americano e socialismo soviético. A abertura de novos caminhos no plano do conhecimento filosófico e científico é obtida juntamente com certa dinâmica de democratização e o advento do Welfare State.

Na década de 50 (século XX) o contexto brasileiro era de democratização, o país ainda era dependente do capital internacional, além do Estado realizar iniciativas desenvolvimentistas. As repercussões dessa conjuntura no serviço social corroboraram para que a intervenção deste se deslocasse da fiscalização e intervenção junto à ordem, moral e higiene das famílias e indivíduos para a gestão de uma harmonia social entre o Estado e a sociedade. Harmonia essa que preconizava a participação dos grupos e lideranças locais, tendo em vista a melhoria das condições de vida presentes no espaço em que existiam comunidades.

Até os anos 60, os referenciais teóricos e a orientação da prática profissional do serviço social junto à organização e desenvolvimento de comunidade, buscavam “melhorar o meio, as condições imediatas, enquanto nos anos 30 consistia em mudar o comportamento do indivíduo e da família” (Faleiros, 2002, p.15). Esse direcionamento profissional dos assistentes sociais, observado nos anos 50 e 60, possuía relação com a concepção de uma visão desenvolvimentista do processo social. Esta concepção estava:

(...) ancorada na idéia de crescimento econômico, pressupunha a integração participativa de grupos ao projeto hegemônico, articulado pelo Estado e concretizado em uma grande variedade de projetos locais, como os

habitacionais, em que o Serviço Social se engaja de uma maneira bastante intensa (Faleiros, 2002, p.16).

Desse modo, o eixo de intervenção do serviço social estava vinculado a uma ideologia do consenso, de integração consensual e também a um modelo de esforço individual ou coletivo para mudanças na personalidade e no meio social.

Segundo o autor citado, em meados da década de 60, em diversos países ocorreram várias crises e questionamentos no âmbito da cultura e da política. As reivindicações contra o domínio imperialista de alguns países e o desenvolvimento da luta de classes colaboraram para ruptura do serviço social com os modelos teóricos e interventivos estrangeiros. O processo dessa ruptura se estabeleceu porque, inicialmente, a própria categoria criticou sua ligação com as concepções e práticas profissionais dos países dominantes, de realidades diversas da brasileira. Posteriormente a reflexão priorizou o questionamento acerca dos vínculos da categoria com a identidade e os valores das classes dominantes.

Ainda de acordo com Faleiros “a centralidade da intervenção na relação personalidade/meio/recurso muda para uma centralidade nas relações sociais de classe, de dominação de grupo” (2002, p.17). Para o autor, a reorientação dada pelo serviço social através da crítica às concepções e práticas conservadoras, implicou em “conseqüências profundas na identidade profissional, na prática profissional do Serviço Social (...)” (idem, p.17).

A partir da assimilação por parte do serviço social da perspectiva da transformação pelas lutas sociais, pelo conflito e pela crítica, construiu-se um processo de aproximação e compromisso entre os assistentes sociais e seus usuários.

Tanto a crítica quanto a perspectiva de luta, de conflito e intervenção social em detrimento da prática de adaptação do indivíduo e da ideologia do consenso, corresponderia ao núcleo essencial e comum do Movimento de Reconceituação do serviço social na América Latina. Esse movimento focalizou sua atenção:

(...) na questão de classe, na defesa do trabalhador, e hoje acrescenta de maneira nítida, ao processo de compreensão e intervenção social, a questão da cidadania. A questão da pobreza individual e isolada deu lugar à discussão da questão de classes, hoje vista de forma mais complexa nas relações estruturais de raça, gênero e cidadania (Faleiros, 2002, p.22).

Se na atualidade o movimento que buscou romper com concepções e práticas conservadoras do serviço social é hegemônico no direcionamento da profissão, isso não significa que os assistentes sociais, em seu conjunto, estejam em consenso. Além da heterogeneidade presente no serviço social, a categoria sofre as repercussões das mudanças societárias que atingem o mundo do trabalho e tem, efetivamente, de buscar realizar contínuas leituras sobre a realidade, se capacitando para compreender e melhor intervir dentro de limites estruturais e conjunturais.

Tendo em vista o conjunto de mudanças pelas quais a sociedade tem passado, e que ao assistente social é fundamental o questionamento e a pesquisa da realidade e a avaliação do seu papel nela, entendemos que sejam igualmente essenciais o esclarecimento das especificidades dessa profissão e sua relação com as mudanças contemporâneas.

De acordo com uma publicação do CFESS¹ (2000), em relação ao desvendamento das especificidades do serviço social, é sabido que em sua conformação histórica este atua nas diversas manifestações da *questão social* e que seus procedimentos técnicos estão vinculados a uma intencionalidade. Tal intencionalidade não se limita somente às demandas institucionais, mas se afirma a partir de investimentos teóricos e posturas ético-políticas.

Pensar a relação entre a questão social e o serviço social é fundamental para se buscar meios que favoreçam uma melhor compreensão dessa profissão. De acordo com Yamamoto (2002, p.27) a questão social é apreendida como:

(...) o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Considerando que o serviço social trabalha junto às frações da questão social, definir e discriminar os aspectos de sua atuação esbarra em alguns pontos.

A atuação do serviço social não pode ser definida de modo monolítico e universal, depende dos arranjos conjunturais e determinações históricas.

Ainda segundo o CFESS (idem), a delimitação precisa das áreas de atuação do serviço social no campo do social mostra-se um tanto difícil a partir de sua convivência com uma diversidade de profissionais com especialização e objetivos

¹Conselho Federal de Serviço Social

diversos. Esse processo de descoberta das atribuições e funções específicas do serviço social em diferentes contextos profissionais se torna mais complexo diante das expressões contraditórias das relações sociais.

Confirmando a dificuldade em identificar atribuições específicas e imutáveis do serviço social, Ademar Silva (1997) considera que os três fatores que expressariam, dialeticamente, o vigor e ao mesmo tempo certa fragilidade do serviço social seriam: certa codificação imprecisa da profissão; a contínua possibilidade de recriação que esta apresenta e algumas dificuldades próprias do campo de trabalho profissional.

Apontando o serviço social como uma disciplina que historicamente é voltada para a intervenção prática na realidade, Silva compreende que a profissão foi gestada em meio a variadas relações sociais. Esta profissão se configura como uma construção humana que se recria diante do confronto com certas demandas de uma realidade social mutável.

Este entendimento se aproxima do pensamento de Marilda Iamamoto (2002). Para a autora referida, o exercício da profissão é determinado por duas questões. A primeira corresponde ao contexto de contínuas mudanças internacionais e seu rebatimento na conjuntura nacional. A segunda seria identificada no protagonismo dos assistentes, através das articulações e escolhas da categoria que estruturam e transformam seus posicionamentos e direcionamentos profissionais.

A mesma autora completa sua compreensão acerca das especificidades, possibilidades e papéis que o serviço social possa vir a desempenhar quando expõe que:

Ora o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade, por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem às necessidades sociais, isto é, têm um valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, os assistentes sociais também participam, como trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou redistribuição da riqueza social. Seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, mas ele tem um *efeito na produção ou na redistribuição do valor e da mais-valia*. Assim, por exemplo, na empresa, o assistente social pode participar do processo de reprodução da força de trabalho e/ou da criação da riqueza social, (...). Já na esfera do Estado, no campo da prestação de serviços sociais, pode participar do processo de redistribuição da mais-valia, via fundo público. (...) Pode contribuir para o partilhamento do poder e sua democratização, no processo de construção de uma contra hegemonia no bojo das relações entre as classes. Pode, entretanto, imprimir outra direção social ao seu trabalho, voltada ao reforço das estruturas e relações de poder preexistentes, os marcos da cotidianeidade (Iamamoto, 2005, p.24).

Compreende-se assim que o serviço social, profissão condicionada pela divisão sociotécnica do trabalho, é uma atividade demandada socialmente e que atua diretamente na reprodução da força de trabalho e, portanto, na mais-valia. Seu exercício se constitui na articulação entre os limites e possibilidades da realidade socioeconômica em que está inserido.

A atuação do assistente social é construída diante das demandas e dinâmicas institucionais de seu ambiente de trabalho, juntamente com o direcionamento ético-político de sua categoria profissional e das opções de cada profissional.

Segundo Silva (1997), uma contínua crise de identidade que permeia o serviço social seria mais um elemento a estimular sua constante atualização e conformação com novas situações e necessidades.

O autor entende que no serviço social pode se verificar a disposição de assimilar em seu quadro teórico-metodológico uma diversidade de abordagens técnicas interventivas e de temáticas vinculadas à realidade social. Tais disposições corresponderiam tanto a sua condição de disciplina generalista, quanto a sua busca por parâmetros críticos em suas análises. Aproximando-se do pensamento de Lamamoto (2005), menciona que o desenvolvimento atual do serviço social pode ser sentido em sua inserção no setor de serviços e mais expressivamente na esfera pública. Atuando também fora do setor governamental, o serviço social tem nas empresas seu papel relacionado à reprodução do trabalhador através do gerenciamento de métodos de controle, influenciando, portanto, na produção.

Dessa forma, o assistente social se constituiria enquanto:

(...) um crítico das condições sociais de seu tempo, ao deparar-se, cotidianamente, com os dilemas da exclusão social em suas diversas formas de manifestação, tem que recorrer a todos os meios possíveis para refinar sua capacidade de análise; aguçar sua consciência crítico-política; aprimorar seus instrumentos de intervenção técnico-profissional; defender-se, também ele na condição de trabalhador assalariado, em face um mercado tendente à precarização das relações de trabalho e à deterioração das condições sociais de existência dos trabalhadores; fortalecer suas alianças e associar seu projeto profissional às lutas mais amplas pela democratização social, cultural, política e econômica da sociedade (Silva, 1997, p.89).

Para tanto, o profissional deve buscar uma contínua capacitação, tendo em vista o planejamento de suas atividades e a criação de condições para a eclosão e a

expressão de suas potencialidades críticas e criativas. O desenvolvimento dessas potências deve estar acompanhado e respaldado pelo comprometimento ético e político com os usuários de seus serviços, bem como por um constante investimento teórico-metodológico.

Em CFESS² (2002), encontra-se a confirmação deste entendimento. Esse texto reforça o posicionamento de que a relevância do preparo profissional e o uso coerente de seu manancial técnico-operativo se dariam a partir de investimento teórico por parte do serviço social, na investigação da realidade social em que atua.

Como foi exposto acima, o serviço social pode ser entendido como uma área profissional generalista e passível de adaptação às contínuas diversificações, demandas e conjunturas sociais. Diante de sua flexibilidade em assimilar, estrategicamente, variadas abordagens técnicas, abre-se para ele a possibilidade de travar diálogo com disciplinas e saberes diversos, desenvolvendo avanços contínuos.

O serviço social, enquanto campo de intervenção detentor de limites e potencialidades, atua junto às manifestações da questão social apresentando uma demanda contínua pela realização de intervenções integradas.

Associar medidas de *promoção social* e de *independência socioeconômica* a abordagens como a arte, que possam integrar e valorizar a totalidade do ser humano é relevante e significativo. Essa associação pode ser mais efetiva na medida em que favoreça a ampliação da perspectiva de integralidade de ações, bem como instrumentalize mediações mais profundas de assistência e humanização dos sujeitos.

A utilização crítica da arte (em especial a música) junto aos sujeitos, com o objetivo de promover sua integração, recriação, ampliação de perspectivas, potencialidades, valorização de sua memória e seu protagonismo (Bosi, 1983; Fischer, 1981; Jorge, 1990; Maturana & Varela, 1995; Maturana et al., 1997; Oliveira, 1996; Zamboni, 1998) encontram ressonância na capacidade do serviço social de assimilar abordagens teórico-metodológicas para intervenções no social (Forti, 1998; Silva, 1997). Intervenções essas que podem ter um direcionamento ético-político claro voltado para conquista e manutenção de direitos, humanização das relações e valorização da identidade dos sujeitos (CFESS, 2002; Forti, 1998; lamamoto, 2002, 2005).

² Conselho Federal de Serviço Social

Este trabalho buscou pesquisar estratégias para humanizar criativamente o processo de promoção social dos idosos. A música foi utilizada tanto para favorecer a integração e valorizar experiências e bagagens dos idosos estudados quanto catalisar suas potências criativas, memórias e representações.

A pesquisa realizada valorizou o investimento em conhecimentos e iniciativas que pudessem incorporar a dimensão do significado das ações dos sujeitos, suas formas de apropriação simbólica da realidade objetiva.

Observar as explicações e representações construídas pelos sujeitos acerca de suas condições de existência é importante para compreender, de uma forma mais integrada, como se dão as repercussões das relações socioeconômicas em sua subjetividade.

1.5 As Representações Sociais

As atividades realizadas com o grupo de idosos estudados foram analisadas e demandaram o tratamento qualitativo dos dados, pois estes foram produzidos a partir do significado das falas, ações e respostas do grupo às discussões, dinâmicas e atividades com música.

Tendo em vista lidar com os sentidos, concepções e vivências construídos no cotidiano dos frequentadores do Grupo de Convivência, foram utilizadas as *representações sociais*. Estas podem ser entendidas como um meio relevante para a apreensão das contradições presentes no campo social e para interação entre os sujeitos e suas relações sociais.

Sua contribuição foi significativa para o desenvolvimento das discussões a respeito das concepções e práticas do grupo de idosos estudado.

Em relação à compreensão conceitual de representação social que norteia esse trabalho, concordamos com Minayo (2000, p.158), que afirma serem as representações:

(...) a reprodução de uma percepção anterior ou do conteúdo do pensamento.
(...) são definidas como categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a (Minayo, 2000, p. 158).

Considerando a complementaridade entre as instâncias *objetiva* e *subjetiva*, a autora compreende que o *universo simbólico* expresso nas representações possui uma base material que corresponderia às estruturas e relações sociais. As representações sociais seriam os sentidos, os significados atribuídos pelos sujeitos a essas relações sociais objetivas.

Buscando articular o pensamento de teóricos partidários de perspectivas diversificadas, a autora aponta que diferenciadas tradições do pensamento filosófico e sociológico percebem as representações sociais “enquanto senso comum, idéias, imagens, concepções e visão de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade” (idem, p.173).

Sendo entendidas como construções advindas do *senso comum*, as representações sociais se expressam em meio às práticas sociais e podem estar incorporadas nas diretrizes, pressupostos e ações institucionais. As representações estariam assim tanto permeadas por *conservadorismo*, quanto demarcadas pela *possibilidade de luta e mudança*.

A análise da *dinâmica e da estrutura da realidade social*, bem como as investigações do conteúdo desse *senso comum* são condições importantes para o entendimento das determinações que condicionam as representações sociais e seus significados. As condicionantes sócio-históricas oferecem às representações seus horizontes de possibilidades e limites e o senso comum, influenciado por essas condicionantes, aponta meios dos sujeitos atribuírem significado a sua existência.

O senso comum seria constituído por sistemas de representações sociais baseados na vida cotidiana e a partir dele seria possível observar as contradições sociais vividas pelos sujeitos.

Algumas representações sociais são permeadas pelas concepções das classes dominantes, outras se caracterizam pela mistura entre as concepções destas, das massas e até das filosofias.

De acordo com Minayo (2000), as representações sociais são forjadas a partir das contradições sociais e, portanto, possuem elementos de dominação, resistência e transformação no modo de se compreender a realidade. A partir delas (as representações) tem-se a base para o desvendamento das relações que estruturam a realidade social. Desta forma, abririam caminho para iniciativas pedagógicas e críticas, onde a emancipação dos sujeitos e a modificação da

sociedade poderiam ser encaradas como um horizonte a ser conquistado, como uma possibilidade.

A postura da autora acima citada possui vínculos com o pensamento de Henri Lefebvre.

O artigo de Lutfi; Sochazewski & Jahnel (1996) busca demonstrar como Henri Lefebvre compreende as representações como objeto legítimo do conhecimento. Indo ao encontro do pensamento de Minayo (2000), neste artigo os autores destacam o papel que as representações teriam como *mediações* que possibilitariam tanto *obscurecer* quanto *desvelar* as relações presentes na realidade social.

Lefebvre supõe que as representações se manifestam de uma forma ambígua, não sendo falsas e nem verdadeiras. Para o autor a análise teórica das representações consistiria na investigação dos meios pelas quais estas tomam o lugar daquilo que é representado ao *interpretar, interferir e manipular* a prática social. Este seria, inclusive, o processo que caracterizaria a potencialidade das representações ao deslocar e substituir o *representado* pelo *representante*.

De acordo com o pensamento de Lefebvre, as representações teriam sua origem vinculada às *relações e aos modos de produção* de nossa sociedade. As representações teriam a função de *ocultar e dissimular* mecanismos sociais que uniformizam e generalizam as demandas de uma classe social para as demais. Tal movimento, ao compor uma das condições para a perpetuação do sistema capitalista, se daria através do processo de deslocamento e substituição acima mencionado.

Lefebvre, ao construir sua teoria das representações, entende que estas são criadas a partir da situação real de vida dos homens, das relações e disputas de forças no meio social. Porém, assinala que as representações, mesmo sendo condicionadas pelo meio de vida e pela interação entre os grupos e classes, também se prestam a revelar o modo como um grupo ou um povo se vê, ou como se mostra aos demais. As representações serviriam ao processo de construção da identidade dos sujeitos nas coletividades. Essas representações, verdadeiramente, respondem a problemas reais que surgem e se prestam a ocultar e simular certas condições de existência da vida em sociedade.

Para Lefebvre as representações não apresentariam um caráter simplesmente conservador ou alienante e muito menos se prestariam tão somente

para *congelar* o mundo sensível, o mundo do vivido, mas também deteriam o poder de *apontar o futuro*, desdobrando sonhos e utopias que nela podem se encontrar latentes.

Tanto Lefebvre quanto Minayo sinalizam a possibilidade das representações sociais deterem certo potencial para contribuir no processo de transformação de práticas e relações sociais. Esse potencial não é determinista e automático, mas possui certa influência na instância da prática.

Destarte, as representações apresentam elementos significativos para o desvendamento das relações sociais existentes no campo onde fora realizado o estudo e apontam, com certos limites, para possibilidade de transformação de concepções, resignificação de vivências e proposição de condutas.

Utilizar as representações junto à pesquisa com o grupo social estudado teve como o objetivo favorecer uma compreensão mais completa de sua *realidade social*; além de revelar com maior *visibilidade* os vínculos com a *instituição* que lhes prestava assistência; bem como sinalizar os *rebatimentos das políticas de assistência no cotidiano* desse grupo. Através do contato com suas representações e práticas buscou-se apreender os significados desse conjunto de relações.

As reflexões e categorias acima trabalhadas contribuíram para a construção do objeto desse estudo ao apontar a possibilidade e viabilidade de se buscar a atuação do serviço social junto aos idosos através da música. A pesquisa caracterizou-se pela investigação de uma prática profissional, pois o pesquisador também era um dos assistentes sociais da instituição e, entre outras funções, acompanhava o grupo de idosos.

O objeto deste trabalho distinguiu-se pelo movimento de investigação de uma prática: a utilização da música em um Grupo de Convivência de idosos. Foi pretendida a análise dos desdobramentos e repercussões dessa arte, visando contribuir com subsídios que pudessem enriquecer a atuação e a reflexão do serviço social junto ao envelhecimento, através da música.

Por meio da pesquisa desenvolvida buscou-se investigar como os benefícios da música repercutem no cotidiano e na sensibilidade de um grupo de idosos e de que modo seria possível facilitar a aplicação dos atributos da música, de forma participativa e democrática, nesse grupo.

As atividades desenvolvidas foram realizadas partindo-se da hipótese de trabalho de que o papel da música na vitalização dos potenciais *críticos* e *criativos*

dos freqüentadores do Grupo de Convivência poderia facilitar sua *autopoiesis*, sua *capacidade de* reconstrução (Maturana & Varela, 1995; Maturana et al, 1997) e resignificação de memórias e potencialidades.

Procuramos conhecer quais as transformações geradas pela música no grupo de idosos. Dentre essas transformações buscamos o favorecimento de condições para democratização de informações e conscientização política, bem como para o desvendamento das representações a respeito da música.

Uma série de determinações influenciaram na pesquisa sobre a atuação da música junto aos idosos. O Grupo de Convivência não estava solto no tempo e espaço. Possuía diversas questões que perpassavam as condições dos programas assistenciais aos quais estavam vinculados ou precisavam estar, as relações entre comunidades e os elementos culturais que aproximavam e distinguiam os integrantes do grupo.

Tendo em vista uma compreensão mais analítica das relações sociais e institucionais presentes em meio à pesquisa, é relevante o desvendamento de algumas conexões entre o Grupo de Convivência de idosos, a lógica da Política de Assistência Social e o sistema institucional de assistência que gerencia esse grupo. Posteriormente serão mencionadas e desenvolvidas questões históricas e político-institucionais que repercutiram no cotidiano da instituição e na dinâmica do grupo.